

# O tempo social de Norbert Elias: uma proposta de superação ao conhecimento dicotômico do tempo

*NARA LETYCIA MARTINS SILVA*

## Resumo

Fundamentado na discussão bibliográfica sobre o tempo entre os teóricos objetivistas e subjetivistas da tradição clássica do conhecimento ocidental, esse artigo pretende identificar, a partir das concepções do sociólogo Norbert Elias, o problema que conduz essas teorias e a possibilidade de superá-la pela compreensão do tempo como um aspecto do processo civilizador e ordenador das diferentes sociedades e dos diferentes níveis de organização e desenvolvimento, coexistentes ou não. Milênios se passaram desde que os primeiros curiosos se lançaram na busca da natureza do tempo mas esse problema ainda ocupa partidários diversos. A prioridade do artigo é abordar uma perspectiva inédita através do olhar alicerçado na sociologia do conhecimento de Norbert Elias.

## Palavras Chave

Tempo subjetivo. Tempo objetivo. Tempo social. Norbert Elias.

## Introdução

**H**enri Bergson disse que o tempo é o problema capital da metafísica. Com ousadia, acreditamos não ser exagero dizer que é o problema capital das ciências e da filosofia. Se examinarmos obras científicas e filosóficas ao longo da história das idéias do ocidente, perceberemos que na maioria, o tempo é uma das problemáticas centrais dos discursos, tanto no que se refere àquelas que o tem como objeto de estudo quanto no tratamento de outros objetos, nos quais ele aparece em outro plano. Na física, predominantemente ele se apresenta como a dimensão em que os fenômenos ocorrem, fala-se em medir o tempo e até mesmo em sua dilatação. Na história, como aponta José Carlos Reis (1994), aparece como o centro e a base de toda a reflexão sobre a pesquisa histórica, pois é da compreensão que se faz do tempo que se torna possível uma mudança de programas e escolas do pensamento histórico. Na linguagem é impossível prescindir-lo, não há outros meios de localizar-se no fluxo dos acontecimentos se não por palavras como antes, agora,

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 11 (27), 2010

Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394

Disponível em <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>

depois, momento, instante, passado, presente, futuro, imediato, tardio... Estamos sempre rodeados pela idéia de tempo, entretanto quando se parte para o campo da análise do conceito nos deparamos com teorias das mais diversas matrizes. Agostinho dizia, “se não me perguntam sobre o tempo, sei o que ele é, quando me perguntam, não sei.”(AGOSTINHO apud DOSSE, 2003: p. 151). Devido a esse aparente mistério o tempo aparece muito mais no campo da especulação e por esse motivo, nenhuma teoria minimamente consensual foi apresentada.

Partindo da perspectiva de que toda essa tradição de estudos acerca do tempo indica um erro de orientação na constituição do conhecimento, Norbert Elias traz a discussão para o campo da sociologia alegando que essas teorias são estéreis por substancializar o tempo e atribuir-lhe a função de um dado natural ou um dado humano, constituído *a priori* e independente das relações humanas, alicerçados no distanciamento entre homem e natureza.

O breve estudo de uma história dessa divisão equivocada e excludente do conhecimento entre natureza e humanidades, do distanciamento entre sujeito e objeto presentes tanto na filosofia quanto nas ciências naturais e de sua consequência no conhecimento do tempo, bem como as vias de superação propostas por Norbert Elias serão o objetivo prioritário desse artigo.

## **1 – “Conceitos concorrentes de Tempo”**

O que é tempo? Quem nunca se fez essa pergunta intuindo pelo aparente mistério que ela carrega? Esse problema é responsável por uma longa lista de pensadores que, durante praticamente toda a tradição do pensamento ocidental, se ocuparam dessa investigação. Entretanto, a partir dos breves estudos realizados para a efetivação dessa pesquisa, percebemos que ela se mostra um tanto especulativa e aporética.

Em *Tempo, História e Evasão* (1994), José Carlos Reis apresenta ao leitor um esboço do que foi a discussão acerca da natureza do tempo, apresentando as idéias de alguns exemplares, da filosofia antiga à física moderna. Após apresentar algumas das teorias mais relevantes, ele nota que é possível distinguir duas tendências predominantes nesse debate que compartilham entre si uma mesma problemática e um mesmo vocabulário. Obviamente nunca houve uma intenção por parte desses pensadores de se filiar a uma ou a outra matriz de pensamento, portanto dentro dessas correntes, idéias se excluem e se completam diante de uma multiplicidade de posições e hipóteses: de um lado a corrente subjetivistas que se vincula aos filósofos e concebe o tempo como sendo uma propriedade da alma, um dado *a priori* da mente humana que se desenvolve no decorrer da vida. Portanto, se não existirem os homens

não existirá o tempo. Do outro lado encontram-se os objetivistas, vinculados às ciências naturais que concebem o tempo como um dado real da natureza, isto é, um aspecto físico do universo, uma dimensão na qual os seres existem. Nesse caso a existência do tempo independe da existência do homem. Entre seus expoentes estão Aristóteles, Newton e Einstein.

Reis observa a existência de uma rica gama de discursos sobre o tempo, nota, entretanto que há um fracasso em relação a um resultado consensual. A filosofia se rende diante dessa questão alegando o mistério e o aspecto inapreensível do tempo. Todo o pensamento que se encarrega de desvendar suas questões torna-se aporético, exclui-se um ao outro, mas não chega a um resultado satisfatório.

Uma consulta ao Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, nos mostrará a quantidade de interpretações possíveis à palavra *tempo*:

- Medida de duração dos fenômenos.
- Duração limitada: empregar bem o tempo.
- Momento fixado: chegar a seu tempo.
- Prazo: dê-me tempo para pagar-lhe. / Tempo disponível: não tenho tempo.
- Época, relativamente a certas circunstâncias, ao estado das coisas, aos costumes, às opiniões: no meu tempo, era diferente!
- Estação: o tempo da vindima.
- Estado da atmosfera: tempo úmido.
- Música, divisão do compasso: compasso de dois, de quatro tempos.
- Gramática. Modificação da forma do verbo, para exprimir relação de tempo (passado, presente, futuro) com o momento em que se fala ou com o momento indicado pelo verbo principal.
- Astronomia. Tempo civil, tempo médio adiantado de 12 horas: o tempo civil conta-se de zero a 24 horas a partir da meia-noite, com mudança de data à meia-noite.

Diante de tantas definições, sentidos e orientações, fica fácil compreender porque esse conceito foi amplamente discutido. Basicamente, ele está associado a fenômenos da natureza, à duração dos acontecimentos e à linguagem. Parece-nos que fica impossível prescindir do tempo, seja referindo-se à medida dos relógios ou às transformações históricas no fluxo do devir. Cotidianamente, estamos sempre cercados por algumas de suas aplicações, para saber a que horas devemos ir ao trabalho, quando aconteceu tal coisa, qual tempo gramatical é correto para utilizarmos na construção de uma frase e etc.

Ao longo da história do Ocidente, e com o desenvolvimento<sup>1</sup> das sociedades, a palavra tempo foi tomando diferentes acepções, de acordo com a necessidade de orientação da vida prática, desde os grupos que inicialmente sequer possuíam uma noção do tempo àqueles que o concebem da forma mais sistematizada possível, como a sociedade capitalista contemporânea.

Faz-se necessário então, apresentarmos alguns dos conceitos concorrentes do tempo vinculados a seus autores e numa macro-abordagem, às duas tendências existentes, a objetivista e a subjetivista. É importante ressaltarmos que para essa discussão, parte-se da seguinte questão: “O que é o tempo?” Portanto, as abordagens aqui apresentadas se ocupam da natureza primeira, do que seria o tempo em si, e não dos desdobramentos adquiridos pela palavra, como por exemplo, o tempo das estações ou o tempo da atmosfera.

## Uma breve explanação da dicotomia

José Carlos Reis inicia *Tempo, história e evasão* com a seguinte pergunta: “Do ser do tempo, pode-se falar?”. Se partirmos dessa questão, um estudo eficiente da temática poderá ser realizado, pois em vez de atropelar o pressuposto inicial atribuindo-lhe tal ou qual significado, tratamos antes de inquirir se ele existe ou não. Aristóteles questionava, “deve-se por o tempo entre os seres ou os não seres?” (ARISTÓTELES apud REIS, 1994: p. 26) Mas antes mesmo de se pensar sobre a existência ou a não existência do tempo, os autores tratam rapidamente de discutir quais seriam as atribuições do tempo, se ele é objetivo (natural) ou subjetivo (humano), se ele é portador da vida ou da destruição, se engendra e inova ou se arruína, se é devir ou eternidade... Mas, como algo que não existe por si próprio pode arruinar ou concertar? Aristóteles afirma: “por um lado ele foi e não é mais, por outro ele vai ser e não é ainda.” (Idem, p.27) Mas para que extraviar-se em atribuições a uma coisa que sequer existe? Se o tempo não existe como coisa, ele nunca foi, não é e nem nunca será. Ocupar-se da efemeridade do presente ou da inexistência objetiva do futuro e do passado significa legitimar o erro que conduz esses raciocínios, pois passado, presente e futuro correspondem às coisas que aconteceram antes, acontecem agora e acontecerão depois, ou seja, ao curso próprio de cada uma das coisas que existem e não de algo exterior que pode ser dividido nessas três partes.

Efetivamente, estamos diante de um problema em aberto no campo da história das idéias, um problema responsável por uma extensa bibliografia e por quase

---

<sup>1</sup>Empregamos a palavra desenvolvimento não no sentido de progresso linear, mas considerando os avanços e retrocessos vividos por uma sociedade.

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 11 (27), 2010

Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394

Disponível em <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>

nenhum resultado conclusivo.

Para Norbert Elias, o primeiro problema que invalida esse amontoado de teorias, está na afirmação primordial de que o tempo existe, de que pode ser apreendido por um dispositivo *a priori* da consciência ou medido pelos relógios, ignorando a hipótese contrária.

Os físicos as vezes dizem medir o tempo. Servem-se de formas matemáticas nas quais o tempo desempenha o papel de um quantum específico. Mas o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um odor. Há uma pergunta que continua à espera de resposta: como medir uma coisa que não se pode perceber pelos sentidos? (ELIAS, 1998: p. 7)

Em quase todos os momentos de nossas vidas estamos sendo atravessados pela sutileza temporal, estamos nos referindo ao tempo como se ele tivesse uma forma objetiva de existência, e esses grandes pensadores que estudaram as questões relativas a ele seguiram essa mesma orientação, entendê-lo em sua natureza primeira, decifrar sua composição. Esse posicionamento os conduziu à idéia de que o tempo é compreendido, sentido e percebido por todos os seres humanos da mesma maneira, por isso tantos esforços em responder, o que é o tempo? Outra pergunta mais pertinente seria, “do que estamos falando?”, “o que estamos nos perguntando?”, “quem percebe o tempo?”, “quantas compreensões existem?”, “que sociedades aderiram ou criaram essa idéia?”, “em que medida?”, essas perguntas orientar-nos iam a perceber a natureza social e dependente da experiência e do poder de criar convenções que têm as diversas sociedades.

Outro problema que compromete a reflexão desse objeto é sua atribuição ao campo da natureza ou do homem como se esses dois constituíssem universos diferentes. A cisão entre as noções de natureza e sociedade provoca o erro de orientação que conduz a maioria dos discursos sobre o tempo, pois para elas, se ele for humano, um aspecto da consciência, não poderia ser também uma dimensão natural. Essa divisão do universo em natureza, campo das ciências físicas e sociedade, campo das ciências humanas, produto de um desdobramento equivocado no interior das ciências, leva-nos a perder-nos nas discussões mais estéreis e infundáveis.

O conceito de “natureza” é hoje determinado, em larga medida pela forma e pelas significações sociais que as ciências da natureza lhe conferiram. Mas essas ciências interessam-se apenas por um setor limitado do universo. Restringem-se a certos patamares de integração do universo físico e excluem de seu campo de investigação os patamares superiores, propriamente humanos, de integração, como se eles não pertencessem à natureza. Se quisermos compreender isso a que se chama “natureza”, será preciso levarmos em conta o fato de que os seres humanos, que

representam um nível altíssimo de síntese – talvez o mais alto de todos – de integração e diferenciação, surgiram do universo físico. Numa palavra, teremos de incluir no conceito de natureza a capacidade que ela tem de produzir não apenas reatores de hélio ou desertos lunares, mas também, seres humanos. (Idem, p. 15)

Na Grécia Antiga os sábios da escola de Mileto já se propunham a descobrir a natureza essencial. Nesse contexto a *physis*, o que hoje se denomina física e a filosofia compunham um mesmo campo do conhecimento, que se concentrava na tentativa de compreensão da constituição real das coisas.

Em outro momento, Heráclito propunha um perpétuo “vir a ser”, ou seja, um mundo em constante mudança. Em contrapartida, Parmênides afirmava que o mundo era único e invariável, sendo qualquer mudança uma ilusão. Na tentativa de reconciliar essas posições opostas, filósofos gregos propuseram que o Ser era composto de algumas substâncias invariáveis e que as diferentes misturas e separações entre essas substâncias originariam as mudanças do mundo. Nasce aí o conceito de átomo como unidade indivisível da matéria. “Os atomistas gregos estabeleceram uma linha demarcatória bastante nítida entre espírito e matéria, retratando esta última como sendo formada de inúmeros 'blocos básicos de construção’”. (CAPRA, 1983: p. 24)

Nas últimas décadas do século XVI e no século XVII são estabelecidas as bases da ciência moderna com as obras de Copérnico, Kepler, Galileu, Newton e Descartes. É nesse período, principalmente com o *Discurso do Método* de Descartes, que o dualismo espírito x matéria encontra seu extremo. A natureza se vê dividida em mente (*res cogitans*) e matéria (*res extensa*), o que permite que a natureza material seja tratada separadamente de si mesmo, como mera extensão passiva ao homem. “Desde o princípio nos encontramos no centro da disputa entre homem e natureza, da qual a ciência não é senão uma parte. As vulgares divisões do universo em sujeito e objeto, mundo exterior e mundo interior, alma e corpo, só servem para suscitar equívocos.” (HEISENBERG, 1999: p. 20)

Desde então nos vemos diante de uma cisão nas orientações científicas, onde facilmente identificaremos as ciências que tratam das coisas do espírito e as ciências que tratam das coisas da matéria, da natureza. O homem se vê então fora da natureza ao se referir a ela como algo exterior, como se fossem duas coisas opostas, o que é humano não é natural, e o que é natural não é humano. Esse equívoco se deve também à natureza egocêntrica do homem devido a sua capacidade de síntese racional e não instintiva. O homem se difere dos outros animais que compõe a natureza, também por sua capacidade de racionalidade, entretanto, isso os fez pensar que a razão os colocaria num patamar superior, num lugar inatingível e separado dos

outros seres inferiores e por isso poderia tanto compreender a natureza como também manipulá-la. Essa noção ainda não foi de tudo extinguida das discussões cotidianas. Para percebermos esse egocentrismo desmedido basta observarmos alguns pontos simples, sem nenhuma complexidade científica: a interferência humana na natureza na sociedade contemporânea (salvo algumas exceções) se orienta pela busca do enriquecimento material, pelo alastramento da cultura consumista que modifica os espaços naturais para fins de produção, que se utiliza da força de trabalho de outros humanos para prosperidade individual, que domina outros seres com esse mesmo objetivo, como se fossem o centro do planeta e tudo o mais que existe tivesse a função essencial de suprir suas necessidades.

De Descartes aos existencialistas do século XX, o homem anti social, em seus ourópeis ora naturalistas, ora metafísicos, continua sempre no centro de sua visão. E na maior parte das vezes, trata-se até de um sujeito, que poderia ser chamado de acósmico, pois sua existência parece independente do universo físico. Estamos aí em presença de uma tradição egocêntrica, na qual o sujeito individual se preocupa apenas consigo mesmo. (ELIAS apud HEINICH, 2001: p. 86)

Por último, destacamos o problema da linguagem, a forma substantivada com que se refere ao tempo. “Toda linguagem é de índole sucessiva; não é apta para pensar o eterno, o intemporal.” (BORGES, 1999: p. 158) A expressão “o tempo” dá a impressão de estarmos nos referindo a alguma coisa, e é na busca dessa coisa que partem os intelectuais que discursaram a respeito do tempo. Os autores se perdem na busca pela designação do ser do tempo justamente por partirem do pressuposto de que ele é sumariamente algo objetivo. Essa forma substantivada de nos referirmos ao tempo dá-nos a idéia de que a todo instante o tempo passa, independente do que possa ocorrer e que isso se mostra, por exemplo, no envelhecimento, mas essa impressão na verdade diz respeito a nossa própria vida que passa e o envelhecimento não é nenhuma ação do tempo, mas uma consequência de um processo biológico onde os recursos do organismo vão se esgotando, o que leva à falência e conseqüentemente a morte. Isso funciona com todo ser vivente, começa no nascimento, tem sua trajetória que não é nada exterior, nada além de sua vida, e então ela cessa, acaba, morre. “Esses hábitos linguísticos contribuem para distorcer a reflexão. Eles fortalecem incessantemente o mito do tempo como uma coisa de certo modo presente, existente e como tal, determinável e mensurável pelo homem.” (ELIAS, 1998: p. 39)

Nesse caso, somos vítimas de algo que nós mesmos criamos a fim de facilitar a coexistência dos homens. É necessário nos comunicarmos, por isso criamos um sistema simbólico, a linguagem, para expressar aquilo que desejamos. O pensamento

só é possível a partir da linguagem e por isso, conceitos só podem ser pensados e cunhados a partir de símbolos. Portanto, conceitos são também símbolos, mas socialmente acabam se solidificando e parecem tomar formas objetivas, como é o caso do tempo. “O *homo loquax*, animal falante, continua a deliciar-se tão ingenuamente com seu talento principal e a ser tão impotentemente vítima de suas próprias palavras como era quando a Torre de Babel estava sendo construída.” (HUXLEY, 1945: p. 146)

Podemos concluir que essa forma de abordagem do tempo consolidada durante milênios acontece também pela exteriorização do objeto ao sujeito, como se os dois constituíssem realidades diferentes. Isso pode ser facilmente identificado nas investigações clássicas da filosofia como, por exemplo, “a razão”, “a natureza”, “o conhecimento” ou da física, “o átomo”, “o tempo”, “o espaço”. Ignora-se a reflexão do conjunto, dos processos, como se as coisas fossem dadas, existissem e pronto, como se não sofressem transformações, não tivessem diferentes significados derivados dos diferentes contextos. Ignora-se aquilo que Norbert Elias tomará como aspecto primordial da compreensão do tempo: **A experiência**.

Ao longo dos séculos, essa foi uma busca inútil. Partiu-se à caça de algo que não existe, ou seja, do “tempo”, entendido como realidade universal, uma realidade dada a todos os homens do mesmo modo e experimentada por todos da mesma maneira. Ao dirigir seu questionamento para tal “objeto”, os pensadores caíram incessantemente na armadilha que eles mesmos se prepararam. Vez após outra, viram-se obrigados a escolher entre dois postulados fundamentais relativos ao “tempo”, ambos igualmente especulativos e impossíveis de demonstrar. (Elias, 1998: p. 99)

A partir de agora, apresentaremos um breve esboço das concepções mais clássicas do tempo, não temos por objetivo nenhum aprofundamento em cada uma delas, mas uma impressão geral de cada autor, baseada nas exposições de José Carlos Reis (1994), François Dosse (2003) e outros autores, formando um quadro das principais características e atribuições das correntes opostas.

## **Os subjetivistas**

Vinculada basicamente à filosofia, com seus discursos mais clássicos em Parmênides, Platão, Plotino, Santo Agostinho, São Tomás, Leibniz, Hegel, Husserl, Heidegger, Bergson e Bachelard, essa corrente concebe o tempo como um dado a priori da consciência, desenvolvido durante a formação psicológica do ser humano e que o acompanha durante toda sua vida, possibilitando a ordenação da vida diante do



dever dos acontecimentos. Ele não é exterior à consciência, não pode existir fora dela. Segundo Plotino:

O tempo é o começo do movimento da alma em direção às coisas sensíveis, é sua vida, que produz o tempo. Essa sua ação constitui o tempo e o universo. O tempo em si não é uma medida. Ou melhor, não se reduz a uma medida, embora possa ser medido de alguma forma pelos movimentos dos astros. Esse movimento indica o tempo, mas não o engendra. O tempo é o movimento da alma universal.(PLOTINO apud REIS, 1994: p.30)

#### - Agostinho

“O que é o tempo? se não me perguntam sobre o tempo, sei o que ele é, quando me perguntam, não sei.” (AGOSTINHO apud DOSSE, 2003: p. 152). Intuído pelo aparente caráter misterioso do tempo, Agostinho concentra-se nas atribuições temporais, passado, presente e futuro e se/como elas podem ser medidas pela alma. O tempo em si é a efêmera passagem do presente ao futuro e do presente ao passado. A alma concentra os três tempos, o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro. E como esses três tempos estão presentes na alma? O passado através da lembrança, o presente através da visão e o futuro através da expectativa. O tempo é medido pela alma através das impressões que possui, mas essa medida não se vincula em nenhuma hipótese à medida proposta pela física, a da “quantidade”, mas ao ritmo das mudanças vividas pela alma. Em vez de *muito* ou *pouco*, fala-se de *rápido* ou *devagar*, *velocidade* ou *lentidão*. Não se trata de uma medida baseada na exatidão do número, mas em valores que designam uma vontade de salvação através da eternidade, ou seja, daquilo que é atemporal, permanente e imutável.

#### - Bergson

Para Bergson, a noção de tempo está associada à noção de duração e se confunde com a continuidade de nossa vida interior. “O tempo é a fluidez mesma de nossa vida interior, é a continuação no que se segue, é a transição ininterrupta, multiplicidade sem divisibilidade e sucessão sem separação.” (BERGSON apud REIS, 1994: p. 32-33). É a consciência que percebe essa duração e somente através dela a duração pode ser avaliada. Passamos essa percepção ao mundo interior para o mundo exterior, até que atinja o nível do universo. Entretanto, as coisas exteriores não possuem duração, mas participam da nossa duração. Se a duração é um aspecto da

consciência, só os seres conscientes podem durar, não há possibilidades de duração sem consciência.

## - Kant

Ao tratar das formas pelas quais o ser humano pode chegar à racionalidade, Kant diz que o conhecimento tem seu começo com a experiência, pois ela desperta as faculdades da mente para o exercício e funciona como matéria bruta sobre a qual se aplicam às formas o a priori da mente. Embora nosso conhecimento comece com a experiência, sua origem não está na experiência, pois as faculdades da “mente” organizam a experiência segundo uma forma a priori.

O tempo é uma dessas faculdades mentais, uma dessas formas mentais de apreensão do objeto, uma parte fundamental da condição humana de organização dos objetos. “O tempo é simplesmente uma condição subjetiva da nossa alma (humana), intuição (que é sempre sensível, isto é, na medida em que somos afetados por objetos), em si, fora do sujeito, não é nada.” (KANT apud CARNEIRO, 2004: p. 10).

Nesse sentido, os seres humanos são por si dotados de faculdades que fazem internamente a ligação entre os eventos, e isso independe da tradição cultural em que vivem esses seres humanos, pois se a característica é própria a eles, supõe-se que ela se aplique a todos da mesma forma. O tempo seria imutável e independente do aprendizado de uma sociedade.

## Os objetivistas

Nessa corrente, o tempo é um dado objetivo da natureza, algo real e é a dimensão onde as coisas existem e acontecem. Está estreitamente vinculado ao tempo cosmológico, ao tempo do universo, dos astros. Se confunde com os movimentos regulares dos corpos celestes que geram o dia e a noite. O tempo seria a articulação desses movimentos, a duração do mundo medida por esses movimentos. Ao contrário da Filosofia, para os objetivistas não há nenhum mistério em relação ao tempo, ele é determinável e quantificável, é a medida dos movimentos comuns a partir de uma referência comum. Seja ele absoluto como para Newton ou relativo como para Einstein, ele tem sua forma objetiva de existência na natureza.

## - Platão

A especulação teórica do tempo, segundo Gadamer (2002) surgiu com o *Timeu* de Platão. O mundo visível deve ser a réplica do mundo das idéias e também seus movimentos regulares percebidos através dos astros. É a medida pelo movimento dos astros. A idéia de tempo está sempre relacionada à idéia de eternidade, em oposição. A eternidade por ser imutável é passível de compreensão, enquanto o tempo é mutável, passível de interpretação. O tempo é “uma imagem do eterno transcorrer ritmado pelo número.” (PLATÃO apud REIS, 1994: p. 18) O que diferencia o tempo da eternidade é que a segunda é possuidora da verdade já que é o modelo ideal, enquanto o tempo é efêmero e não possui realidade.

Para Platão o tempo está intimamente associado ao movimento, ou mesmo é o movimento contínuo e uniforme dos astros que em suas órbitas constantes dividem o tempo terrestre, o dia, a noite, as estações...

### - Newton

Para Newton o tempo é uma substância que transcorre uniformemente, a duração. Ele se divide em absoluto e relativo, sendo o tempo absoluto o que envolve o universo em sua totalidade e que tem seu curso exterior ao homem, independente, e o relativo o tempo das horas, dos dias, ou seja, a medida de uma parte da duração. É essa substância temporal que possibilita a existência e a continuidade das coisas. Essa duração é uniforme e idêntica e independe do ritmo dos movimentos. É um ser que transcende todos os movimentos e é engendrado pelo próprio criador. A alma tem a função de perceber o tempo e medi-lo. O tempo relativo é uma invenção da alma.

Percebe-se que a concepção newtoniana coloca o tempo como exterior à alma pois tem uma substância, tem uma realidade objetiva e perceptível mas a alma desempenha um papel fundamental, que é o da percepção e também o da criação do tempo relativo, do tempo convencional criado pelos humanos para dividir o intervalo gerado pela rotação da Terra em relação ao sol.

### - Einstein

Como uma negação do tempo absoluto de Newton, Einstein elabora sua teoria da relatividade, que terá uma interpretação inédita no campo subjetivista. Em Einstein o tempo não tem o caráter absoluto e intuitivo atribuído por Newton, ao contrário, “é a medida relativa do movimento.” (EINSTEIN apud REIS, 1994: p. 25) Se ele é relativo, é passível de infinitas possibilidades, infinitas perspectivas variando sempre de acordo com o referencial, o sistema de coordenadas e o lugar do

observador.

Einstein trabalha a questão da simultaneidade, para que dois eventos sejam simultâneos é necessário que haja uma medida constante e invariável, a velocidade da luz. A simultaneidade também é relativa a um sistema de referências e cada evento tem seu próprio tempo.

## **2 – Uma proposta de superação**

Para a realização dessa breve pesquisa, obviamente, não consultamos todos os autores e escolas que se propuseram a, de alguma forma, abordar a questão do tempo, como a física quântica por exemplo. Pode ser que dentre eles haja alguém que tenha se oposto à forma tradicional de pensar o tempo, mas não tivemos notícias de quem o tenha feito. Nesse sentido, destacamos Norbert Elias por partir de uma perspectiva inédita nessa investigação, (considerando-se a bibliografia analisada) e por ter conseguido mostrar claramente os desvios que levaram os autores das vertentes tradicionais às suas respectivas aporias.

A dicotomia clássica do conhecimento cindido entre universo natural e universo humano e a absolutização do tempo foram as maiores responsáveis por esse erro, ao qual Norbert Elias propõe uma solução: o tempo social. Faremos agora uma breve explanação da perspectiva elisiana do tempo social, como ele se define e qual seu papel na sociedade. Para isso utilizar-nos-emos de uma obra inteiramente dedicada ao tema, *Sobre o tempo*.

### **Identificando o erro**

Fizemos uma breve apresentação de algumas das teorias mais clássicas sobre o tempo. A partir disso uma noção mais clara de como esses teóricos se orientaram para conceber o tempo se torna possível. Tanto para os objetivistas como para os subjetivistas, ele aparece como um dado imutável, tenha ele tido início com a consciência humana ou com o surgimento do universo. Esse tempo não teria sofrido nenhuma transformação já que é imutável. O que esses pensadores não perceberam é, não existe uma substância correndo incessantemente que se chama tempo, nem um componente cerebral que permita ao homem ordenar sua vida em meio ao devir. Conceber o tempo como um dado transcendental, inato, independente da experiência das relações sociais é um dos pontos que invalidam as teorias clássicas. Partir do pressuposto que o tempo é único, seja subjetivo ou objetivo, e que todos os seres humanos, sejam eles membros de grupos que vivem isolados no interior da Floresta

Amazônica ou operários de uma fábrica de uma grande metrópole capitalista, compreendem e sentem a mesma coisa como sendo o tempo, é dizer que há algo absoluto, algo que pertença à categoria do eterno, do imutável, do que já está dado, ou seja, do natural. Fazer isso é ignorar o processo de evolução<sup>2</sup> de cada sociedade, as formas com que suas instituições são em algum ponto criadas e modificadas de acordo com as demandas e situações que venham a ocorrer. É ignorar que o saber humano parte sempre de outro saber e que, portanto, nenhuma idéia parte exatamente do nada, por isso, o tempo é um padrão criado de diferentes formas em diferentes tempos e espaços.

Façamos uma analogia entre tempo e história para compreendermos o caráter ficcional do tempo. Ao contrário da história positivista dos grandes personagens, dos grandes acontecimentos que tem um significado sólido, independente de interpretações, ou seja, das categorias imutáveis e irreversíveis, uma outra perspectiva historiográfica perceberá que a interpretação do passado é determinada pelas questões levantadas no presente, não há nada de imóvel e absoluto no passado mas há as infinitas possibilidades de compreensão a partir das infinitas possibilidades de perspectivas. A história não é universal, um acontecimento não é experimentado e compreendido por todos da mesma forma, ele será sempre passível de novas interpretações e refutações. Com o tempo, ocorre a mesma coisa. Antes de tudo, o tempo é coisa humana, é coisa social, ele pode ser uma linha progressiva em um grupo e um círculo desconexo em outro. Todos se referem à mesma coisa, ao “relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais sequências de acontecimentos” (ELIAS, 1984: p. 13), mas cada sociedade, segundo suas próprias condições, cria e compreende à sua maneira. Uma mesma sociedade pode passar por vários estágios diferentes de utilização do tempo. Nunca na História fomos tão dependentes do tempo como no capitalismo contemporâneo. Nada se pode fazer sem saber quantas horas são, qual a data, quando vai acontecer isso ou aquilo. Tudo e todos nessa sociedade são submetidos à regulação temporal.

## Definindo o tempo social

Para sintetizarmos a compreensão elisiana do tempo, vale a citação:

A disposição dos ponteiros tem por função indicar aos seres humanos a posição que eles e outros ocupam atualmente no vasto fluxo do devir, ou então, de quanto

---

2 Utilizamos a palavra evolução considerando os retrocessos e progressos que cabem à esse processo, longe da noção teleológica do positivismo.

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 11 (27), 2010

Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394

Disponível em <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>

tempo precisaram para ir de um lugar a outro. Os símbolos artificiais inscritos em ponteiros de configurações mutáveis, assim como nas datas sempre novas indicadas pelos calendários, *são* o tempo. *São* treze horas e dez minutos agora. O tempo é isso. É necessária aqui uma certa prudência no uso que fazemos da linguagem. Podemos legitimamente afirmar que o relógio indica o tempo, mas ele o faz através de uma produção contínua de símbolos que só têm significado num mundo em cinco dimensões, num mundo habitado por homens, isso é, por seres que aprenderam associar às figuras perceptíveis imagens mnêmicas específicas, e, portanto, um sentido bem determinado. (Idem, p. 16)

Para compreendermos essa questão é necessário pensar em um princípio básico: o homem é, por natureza, um ser sociável. A organização do homem em grupos sociais, desde os níveis mais simples aos mais complexos exige padrões que sejam aplicados à totalidade do grupo para que ele funcione devidamente. O tempo cumpre justamente essa função, a de ordenação. Ele é uma instituição social aprendida por cada um dos indivíduos em seu processo de desenvolvimento e racionalização. Quanto mais jovem uma criança é, menos noção de tempo ela terá, ao crescer ela vai se familiarizando com o tempo, distinguindo a posição ordenada das coisas, o que aconteceu ontem, acontece agora e acontecerá depois. Isso é condição imprescindível para a inserção dessa criança nos meios sociais. É muito comum ouvir uma criança dizer: “amanhã eu fiz a tarefa de casa”, o que mostra o caráter convencional e não natural do tempo já que não existe algo determinado na cabeça da criança que mostre a ela objetivamente o que é o passado, o futuro e o presente, mas no decorrer de sua vida ela desenvolve um sistema de autodisciplina que envolve o aprendizado de instituições como o tempo.

Durante muito tempo houve várias sociedades em que não era necessária a utilização de calendários ou relógios, eles sequer conheciam tais inventos, não era necessário que os membros dessa sociedade desenvolvessem uma consciência individual do tempo. Com a complexificação das estruturas sociais, não é mais possível orientar-se a partir de eventos como as fases da lua ou o ritmo das marés já que nessas sociedades complexas, como a capitalista industrial, todos os instantes são regulados, graças ao papel “pré-destinado” em que nascem os seres humanos, submetidos ao tipo de ordem capitalista onde a venda da força de trabalho envolve toda a sociedade sendo regulada instante após instante. Todos os planos, todas as expectativas presentes e futuras bem como as lembranças de um indivíduo devem estar inseridas no fluxo contínuo e sucessivo dos acontecimentos, onde se possa localizar a partir de números, a posição exata em que o evento ocorreu.

Para essa orientação convencionou-se o tempo, um símbolo humano que

mesmo não existindo além do campo simbólico, oferece a coerção necessária para a manutenção da ordem.

A pessoa que produz o motivo fonético “tempo” pode esperar que o receptor da mensagem, desde que pertença a uma sociedade da mesma língua, associe a este o mesmo motivo mnêmico, pelo fato de haver aderido à mesma convenção. É esse o segredo da função comunicativa dos símbolos humanos. (Ibidem, p. 30)

Ao se deparar com imagens como as horas em um relógio, o receptor automaticamente interpreta a mensagem institucionalizada, de forma que essa pessoa ou qualquer outra compreendam a associação à que os ponteiros dizem respeito. O efeito da mensagem recebida é inesperado, podendo variar de acordo com a necessidade de conduta perante a condição do indivíduo.

Os relógios não são outra coisa senão “contínuos evolutivos”, processos físicos dotados de um desenrolar contínuo, elaborados pelo homem e padronizados em algumas sociedades para servir de quadro de referência e escala de medida a outros processos de caráter social ou físico. (Ibidem, p. 40)

Nas sociedades em que os relógios não são quem desempenha o papel de orientador, outro(s) quadro(s) de referência é utilizado, apropriando-se de acontecimentos singulares como, por exemplo, a morte do chefe do grupo. Se o tempo tem a função de coordenação e integração, nessas sociedades em nível de desenvolvimento um pouco mais simples, a função de determinação é exercida por outras figuras como os reis ou sacerdotes. “A atividade de coordenação, que pressupõe o conhecimento do “momento favorável” em que convém as coisas, foi, durante muito tempo, a função específica dos sacerdotes.” (Ibidem, p. 45)

A operação de determinação do tempo refere-se à determinação de anterioridade, simultaneidade e posteridade de dois ou mais eventos relacionados, isso é, avaliar a duração do intervalo entre um e outro evento segundo um meio de referência que possa ser aplicado na medição de qualquer intervalo. Essa determinação é uma necessidade prática da vida social se considerarmos uma dialética entre um micro universo e um macro universo. O micro universo seria o do indivíduo com sua auto-regulação, mas que participa efetivamente do macro-universo que não é mais que as relações entre os diversos micro universos submetidos a outro símbolo de coerção: o sistema.

Alguns fatores contribuíram para que no decorrer do desenvolvimento das sociedades a instituição temporal tenha adquirido um caráter diferente, cada vez mais rígido e aparentemente “natural”. “O surgimento de unidades estatais relativamente estáveis a longo prazo foi uma condição necessária para que o tempo pudesse ser experimentado sob a forma de um fluxo contínuo.” (Ibidem, p. 48) Se

isso ocorreu é porque a necessidade de um quadro de referência mais preciso se tornou latente. É só imaginarmos-nos em meio a uma sociedade tão complexa e diversificada como a nossa e tendo que nos orientar pelas fases da lua, “quando vier a lua cheia iremos ao cinema”, provavelmente isso não funcionaria, daí a especificação das horas, dias, meses e anos. A institucionalização mais ampla desses padrões que faz com que muitos grupos experimentem o tempo de forma parecida dá a idéia de que estamos a todo momento inseridos nele, como se tivesse exterioridade ao homem.

Nas sociedades urbanizadas, em especial, os relógios são produzidos e utilizados de um modo que faz lembrar a produção e utilização das máscaras em inúmeras sociedades pré-urbanas: sabe-se perfeitamente que elas são fabricadas pelos homens, mas nem por isso sua presença deixa de ser sentida como a manifestação de uma entidade não humana. (Ibidem, p. 95)

Fica nos bastante claro então que, longe do mistério insolúvel atribuído ao tempo pela filosofia, ele nada mais é que uma instituição padronizada socialmente devido a diversas necessidades de integração e organização. A criação desse símbolo se arraiga tanto à vida cotidiana que ele parece receber um estatuto natural, exterior ao homem e independente de sua experiência. Das sociedades mais simples às mais complexas, a necessidade de determinação da posição dos eventos é inevitável já que vivemos numa sucessão constante. Quanto mais se diferenciam as cadeias de interdependência funcional que ligam os homens entre si, mais severa se torna a ditadura dos relógios. Nossa sociedade contemporânea é a melhor prova de que esse raciocínio caminha na direção correta já que vivemos em meio a uma gigantesca diversidade de funções exercidas por uma gigantesca diversidade de pessoas. Essas funções só poderão ser cumpridas se guiadas rigidamente, tanto para um quanto para outro.

O enigma do tempo, um certo manejo dessa noção que implica que o tempo teria existência independente, é com certeza, um exemplo impressionante da maneira como um símbolo largamente utilizado pode, uma vez desvinculado de todos os dados observáveis, adquirir uma espécie de vida autônoma na linguagem e no pensamento dos homens. (Ibidem, p. 103)

Os relógios são, para o senso comum, a encarnação do tempo, o objeto que mede o tempo. Mas se o relógio mede o tempo, quem é ele? Nesse ponto reside uma confusão que não nos deixa perceber que eles não medem algo independente, mas eles são o próprio tempo, o que se criou com finalidade de ditar segundos, minutos e horas para que todas as pessoas sejam capazes de fazer a mesma associação e se situar no mesmo momento independentemente de estarem no sul da Austrália ou nas



regiões alpinas da Suíça é o tempo.

O que chamamos “tempo” nada mais é do que o elemento comum a essa diversidade de processos específicos que os homens procuram marcar com a ajuda dos relógios ou calendários. Mas, como a noção de “tempo” pode servir para determinar, de acordo com o antes e o depois, processos muito variados, os homens têm a impressão de que o “tempo” existe independentemente de qualquer sequência de referência socialmente padronizada ou de qualquer relação com os processos específicos. “Estamos medindo o tempo”, dizem eles, quando se esforçam por sincronizar, por datar alguns aspectos apresentados por processos específicos e tangíveis, em termos potenciais ou efetivos. (Ibidem, p. 84)

Portanto, o equívoco consolidado entre físicos e filósofos durante tanto tempo é inválido se entendermos a simplicidade da natureza mutante dos símbolos sociais criados pelos homens com finalidades diversas. Em cada época e em cada grupo, o mesmo símbolo pode adquirir significados e orientações diferentes sem perder sua função original.

## Considerações finais

Longe de esgotar as possibilidades de análise sobre o tempo e sobre as questões que inevitavelmente estão implícitas em sua discussão, tanto no que se refere à crítica do tratamento tradicional à questão do tempo como à proposta de superação de Norbert Elias, o intuito desse artigo que trata de uma discussão de fundamentos das ciências em geral é o de problematizar um conceito que é amplamente considerado como um dado real da existência. Esse problema se aplica não só a questão do tempo, mas vários outros conceitos são encarados dessa forma, esses símbolos humanos tomam uma forma de vida independente passando a ser considerados como uma categoria inata do ser humano, *a priori* em sua existência.

A análise da obra de Elias para fundamentar nossa pesquisa numa base coerente e sólida levantou outras questões de suma importância para a abordagem do tema, que por motivos diversos não puderam ser concretizadas. Questões como, por que a obra de Elias, principalmente *Sobre o tempo*, é tão pouco trabalhada no meio acadêmico brasileiro e até mesmo mundial se se trata de uma perspectiva inovadora e bem fundamentada? A impressão que temos é que a matriz dicotômica e absolutizante do conhecimento ainda não foi superada no meio acadêmico, continuamos a dividir os “objetos” de estudos entre as diversas ciências como se

fossem cada um deles componentes de realidades distintas. Nos últimos tempos, fala-se muito em interdisciplinaridade nas pesquisas, entretanto, na prática essa interdisciplinaridade ainda é um tanto falha, as análises baseadas na observação do desenvolvimento, mudanças e transformações de nosso saber ainda perdem muito campo para as fundamentadas nos conceitos engessados, mais claramente, no olhar de curta duração em detrimento de um olhar de longa duração das estruturas. A leitura de autores como Norbert Elias poderia ser um dos motores de incentivo a esse tipo de trabalho que contribuiria muito para a compreensão da realidade humana como um todo, desprovida principalmente de egocentrismos que deturpam o sentido da existência desses animais com cérebro desenvolvido.

## Referências bibliográficas

- BORGES, Jorge Luís. *Borges oral*. In: Obras completas V. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Novas inquisições*. In: Obras completas V. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- CARNEIRO, Marcelo Carbone. *Considerações sobre a idéia de tempo em Santo Agostinho, Hume e Kant*. In: Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.8, n.15, p.221-32, mar/ago 2004.
- DOSSE, François. *A história*. Baurú: EDUSC, 2003.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GONÇALVES, Huener Silva; SILVA, Francismary Alves. *Norbert Elias: apontamentos bibliográficos para a Sociologia do conhecimento e da ciência*. In: *Em tempo de Histórias*. Brasília: UNB, 2008.
- HEINICH, Nathalie. *A sociologia de Norbert Elias*. Baurú: EDUSC, 2001.
- HEISENBERG, Werner. *A imagem da natureza na Física Moderna*. Lisboa: Livros do Brasil, 1999.
- HUXLEY, Aldous. *A filosofia perene*. São Paulo: Círculo do livro, 1945.
- MARTINS, Mônica Mastrantônio. *A questão do tempo para Norbert Elias: Reflexões atuais sobre tempo, subjetividade e interdisciplinaridade*. In: *Revista de Psicologia Social e Institucional*. Volume 2 - Número 1 - Jun./2000.
- REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Norbert Elias estruturado*. In: Diálogos, DHI/UEM, 02: 39-43, 1998
- ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *Norbert Elias: Historiador e crítico da*

*modernidade*. In: Diálogos. DHI/UEM, 1998.

WHITROW, G.J. *O que é tempo? Uma visão clássica sobre a natureza do tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *O tempo na história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.